

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 26/08/2019

- [CIJ - SP e EPM promovem evento sobre privacidade de crianças e adolescentes na era digital](#)
- [Jovens e adolescentes com medida socioeducativa no meio aberto terão linha de crédito e liberdade assistida](#)

Assunto: CIJ - SP e EPM promovem evento sobre privacidade de crianças e adolescentes na era digital

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 26/08/2019



A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo, em parceria com a Escola Paulista da Magistratura (EPM), promoveu ontem (22) o seminário **Privacidade e proteção de dados de crianças e adolescentes na era digital**, ministrado pelos advogados Renato Opice Blum, Juliana Abrusio Florêncio e Alessandra Borelli. O evento aconteceu no Gade 23 de maio, com 820 inscritos nas modalidades presencial e a distância. A mesa de trabalhos teve a participação dos desembargadores Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, vice-coordenador da CIJ, e Antonio Carlos Malheiros, integrante consultor da CIJ.

O advogado Renato Opice Blum, que também é economista e conselheiro titular do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, iniciou as exposições com o tema “Contextualização sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados na vida das pessoas”. Ele recordou o histórico de criação da legislação sobre o tema na União Europeia, que culminou com o Regulamento Europeu sobre a Proteção de Dados (GDPR), em vigor desde maio de 2018, e no Brasil, como o advento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei 13.709/18. Salientou que a LGPD é mais abrangente em alguns tópicos, como o alcance, que não fica restrito às pessoas jurídicas, mas pode abranger pessoas físicas que coletam e tratam dados com fins econômicos.

Na sequência, Juliana Florêncio, doutora em Filosofia do Direito pela PUC-SP, discorreu sobre o tema “Privacidade e segurança *on-line* e *profilling* de crianças e adolescentes”. Ela chamou a atenção para a “datificação” da vida e disse que as pessoas estão gerando dados ao utilizarem senhas, por exemplo, permitindo o tratamento automatizado desses dados ou *profilling*. “Isso possibilita uma inferência ou previsão sobre a atuação das pessoas, que pode ser perversa e pode levar em conta dados equivocados, ferindo direitos fundamentais e ocasionando injustiças e discriminação, o que é ainda mais grave quando ocorre com crianças e adolescentes, que também geram dados constantemente”, ressaltou.

Por fim, a especialista em Direito Digital e diretora executiva da Nethics Educação Digital, Alessandra Borelli, analisou o tema “Lei de proteção de dados: um marco regulatório na proteção à privacidade dos mais vulneráveis”. Ela lembrou que as crianças e adolescentes são seres em condição peculiar e devem ser prioridade absoluta, asseverando que a LGPD representa um marco nesse sentido. Lembrou a necessidade de conformidade das empresas e das instituições às diretrizes da LGPD, mas ponderou que não basta mudar políticas, leis, normas se não houver uma mudança de cultura: “Quando falamos em proteção da privacidade de crianças e de adolescentes, nos reportamos aos deveres dos adultos em relação a eles e não podemos ser omissos e deixar de dizer aos nossos jovens o quanto é importante a proteção da privacidade e da intimidade e que eles não podem renunciar a esses direitos, que são fundamentais”.

Ao final da exposição, os especialistas esclareceram dúvidas dos participantes e receberam o certificado de participação da CIJ. O evento também contou com a participação do juiz assessor da Corregedoria, Iberê de Castro Dias e do juiz integrante da CIJ Paulo Roberto Fadigas Cesar.

Assunto: Jovens e adolescentes com medida socioeducativa no meio aberto terão linha de crédito e liberdade assistida

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 26/08/2019



A segunda reunião do grupo que forma o Programa Justiça Presente (Eixo II), no âmbito do Poder Judiciário estadual, aconteceu na manhã desta sexta-feira (23), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. Protagonistas de várias instituições debateram e avançaram em vários pontos relacionados ao acompanhamento dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no meio aberto. A liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade e uma linha de crédito específica do Empreender-PB, aliado à qualificação técnica dos adolescentes, foram alguns dos avanços. O Eixo II versa sobre a Política do Socioeducativo.

Esse tema faz parte do Eixo II do Justiça Presente, implementado no Estado da Paraíba desde em abril do corrente ano. A iniciativa é fruto de uma parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“A Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba tem toda a sinergia com o CNJ e com os órgãos que atuam no segmento socioeducativo. Dentro de nossas atribuições, vamos fornecer todo o aparato necessário para que possamos melhorar a sistemática da Infância e da Juventude”, adiantou o juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Rodrigo Marques.

A representante do CNJ e coordenadora do Programa no Estado, Ana Pereira, disse que, atualmente, são cerca de três mil jovens na Paraíba no sistema meio aberto. “Um dos nossos encaminhamentos é a qualificação técnica dos adolescentes, buscando fortalecer uma ocupação para geração de renda, por meio de uma linha de crédito do Empreender- PB”, adiantou. Ela acrescentou que aliado a isso será estabelecido um grupo de trabalho de atenção à saúde mental do adolescente privado de liberdade.

A Juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de João Pessoa, Antonieta Nóbrega comentou que a intenção das reuniões é articular as políticas públicas da socioeducação. “O principal ponto abordado foi o socioeducativo em regime aberto para as jovens e adolescentes. A Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa trouxe a experiência exitosa, como emissão de protocolos de atendimento para aquele jovem que é encaminhado ao meio aberto”, exemplificou.

A magistrada esclareceu que esse documento é emitido, sobretudo, para medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. “Debatemos a articulação entre os meios aberto e fechado. Levando em consideração que vários adolescentes começam no meio fechado e recebem uma progressão para o aberto”, acrescentou.

O juiz titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, Algacyr Rodrigues Negromonte, considerou os encaminhamentos significativos, dentre eles, a

unificação de procedimentos e o fortalecimento da Justiça Restaurativa. “Em Campina Grande, isso já é uma realidade desde o ano passado, com a sensibilização de profissionais de várias áreas. Vamos inaugurar em nossa Comarca o Núcleo de Práticas Restaurativas”, revelou. A Justiça Restaurativa é uma técnica de solução de conflito e violência que se orienta pela criatividade e sensibilidade a partir da escuta dos ofensores e das vítimas.